

Notícias Sindicais, 26/05/14

Canal Energia

Funcionários aprovam indicativo de greve no grupo Eletrobras

Sindicatos pedem proposta justa de PLR do grupo

Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

23/05/2014

Os funcionários das empresas do grupo Eletrobras aprovaram um indicativo de greve de 72 horas para a próxima semana, começando na quarta-feira, 28 de maio, segundo a Federação Nacional dos Urbanitários. A principal reivindicação é uma "proposta justa" de Participação nos Lucros e Rendimentos (PLR) por parte da holding. Haverá uma reunião do Coletivo Nacional dos Eletricitários, em Brasília, na próxima segunda-feira, 26, para avaliar o resultado da reunião da Eletrobras com o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST) do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Diap, 24/05/14

Antônio Queiroz: Sindicalismo e globalização

Compreender os elementos estruturais, tanto os de ordem econômica quanto tecnológica, bem como identificar as estratégias e táticas adotadas pelo mercado, pode ajudar no enfrentamento à estratégia do patronato internacional. O desafio é grande e permanente.

*Antônio Augusto de Queiroz**

Após participar, como palestrante, de importante Seminário Internacional sobre Sindicalismo e Globalização, realizado pela UGT na cidade de São Paulo nos dias 28 e 29 de abril em comemoração ao Dia do Trabalhador, resolvi compartilhar um pouco do que falei e muito do que ouvi sobre o tema.

A primeira e principal constatação é que a lógica do mundo globalizado, no que se refere às relações de trabalho, é de desregulamentar direitos e regulamentar restrições, com ataques às entidades sindicais e à regulação do trabalho.

O objetivo do capitalismo global, ao fim e ao cabo, é a redefinição do papel do Estado, a partir do esvaziamento da política e das prerrogativas estatais, de tal modo que o mercado se transforme no regulador e no promotor do desenvolvimento, numa verdadeira restauração conservadora e a desestruturação do poder.

A base teórica e material da nova ordem internacional foi a revolução científica e tecnológica e dos transportes e das telecomunicações, bem como a financeirização global da economia e a ideologia neoliberal.

A automação, a robotização, a reengenharia, a qualidade total, a substituição do trabalho formal pelo informal, a rotatividade e a terceirização são produtos dessa nova base teórica e material, que tem sido utilizada diuturnamente para fundamentar a redução de custos e aumentar a produtividade.

Nova ordem

A nova ordem, portanto, passa por maior competitividade e lucratividade, pela desregulamentação e pela dominação do capital financeiro e, principalmente, por um processo de reestruturação produtiva de bens e serviços.

As reestruturações, muito fortes nas décadas de 1980 e 1990, ainda permanecem, como a alta informalidade (trabalhadores sem proteção social), baixos salários e geração de ocupações em segmentos que não asseguram as melhores condições de trabalho.

As empresas também passaram a disputar a lealdade do trabalhador frente a outras instituições, como é o caso do sindicato, do Estado e até de outras organizações.

Valem-se, para tanto, da ideologia de criminalizar a ação coletiva e da cultura de que o trabalhador é quem deve se tornar empregável ou empreendedor. Ou seja, além de propagar a cultura do individualismo, passa a ideia de que a solução dos problemas do trabalho é de responsabilidade das pessoas e não da estrutura social, econômica e política.

Financeirização

As transnacionais se pautam pela financeirização e se organizam em cadeias produtivas, definem os territórios ou promovem a desterritorialização e fragmentação da produção, mas não deixam claro onde estão localizados os centros de poder ou o lócus decisório.

A estratégia varia de acordo com a conjuntura mundial e segundo a conveniência de aumento da lucratividade, ora optando por grandes fusões e incorporações, ora pulverizando ou fracionando a produção.

A tática, para enfraquecer as entidades sindicais, tem sido a divisão da empresa em centenas de unidades esparramadas pelo mundo. O número de empregados em cada unidade não passa de 20 mil.

Promovem, frequentemente, o deslocamento físico da produção e, como regra, procuram se instalar em países com mão de obra barata e sem organização sindical forte, como o continente Asiático, para fazer dessas unidades a referência em termos salariais, de benefícios e relações trabalhistas.

Brasil

Só em situações excepcionais, como o caso do Brasil, cujo mercado interno é muito forte, as empresas multi ou transnacionais convivem com legislação trabalhista e sindical por elas consideradas rígidas, mas atuam permanentemente para modificá-las.

Quando os salários ficam elevados, em algumas plantas, ameaçam fechar a fábrica, forçando os trabalhadores a renunciarem a direitos, além de fazerem lavagem cerebral nos trabalhadores quanto aos sindicatos, considerados por eles uma coisa nociva aos interesses dos trabalhadores.

As empresas mudam de dono ou de acionista controlador como se troca de roupa, deixando perplexos os trabalhadores.

Identificar os reais interlocutores globais e os centros decisórios é um desafio do movimento sindical global.

Paralelamente a isto, existe também a dificuldade de representação do teletrabalho ou daqueles que praticam o trabalho imaterial ou trabalho à distância.

Desafios

Nesse cenário, o desafio do movimento sindical global é construir estratégias capazes de enfrentar: 1) a desnacionalização das empresas, e 2) a hegemonia do sistema financeiro.

A consequência desse modelo, que tem contado com a coordenação integrada das agências internacionais (Banco Mundial, FMI, OCDE, etc), foram a crise do socialismo no Leste Europeu, do Estado de bem-estar social e o avanço do neoliberalismo, propiciando as condições ideais para a prevalência do sistema financeiro sobre o setor produtivo, que provocaram a crise de paradigma na gestão e na organização do trabalho.

Assim, enquanto os trabalhadores forem formados ou treinados com base nos princípios dessa nova ordem, inclusive por instituições patronais, como o "Sistema S" aqui no Brasil, eles serão doutrinados para agir exclusivamente pautado pela competitividade e de forma individual e egoísta, quando deveriam também incorporar valores coletivos e solidários.

Por isso, a capacitação, a qualificação e o treinamento dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores é mais que importante, é fundamental para enfrentar essa investida em bases neoliberais.

Unidade

A unidade de ação no plano nacional e o fortalecimento do movimento sindical no plano internacional também são fundamentais nessa luta.

Além disto, no caso brasileiro, é preciso defender a legislação de proteção social e ocupar todos os espaços institucionais nos quais haja debate sobre temas que afetem a organização sindical, os direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores.

A estratégia patronal é desmontar o sistema de proteção sindical e social dos trabalhadores. As 101 propostas da CNI com vistas a eliminar, reduzir ou flexibilizar direitos, garantias e prerrogativas asseguradas em lei ou em enunciados e súmulas de tribunais aos sindicatos e aos trabalhadores fazem parte dessa estratégia.

Quando bem-sucedida, a estratégia patronal – que leva ao desemprego, a precarização e a informalidade – tem como principal consequência (1) a redução da legitimidade sindical, (2) a perda de capacidade de mobilização, (3) as baixas taxas de sindicalização, (4) a redução dos espaços de intervenção sindical na política, (5) o declínio no número de greves; e (6) o aumento da dificuldade para manter ou ampliar benefícios conquistados via negociação coletiva.

Causas da crise

Na opinião de Andreia Galvão, em "Novas estratégias e formas de organização sindical", texto distribuído durante o seminário internacional sobre sindicalismo contemporâneo promovido pela UGT, as causas da crise do movimento sindical internacional tem origem: 1) nas novas formas de organização e gestão da força de trabalho; 2) na ideologia neoliberal, que estimula o individualismo e a competitividade, enfraquecendo a solidariedade; 3) nas mudanças na legislação trabalhista e adoção de novas formas contratuais que reduzem direitos; e 4) nas reformas pró-mercado (previdência, do Estado, privatizações etc).

Por fim, Frege e Kelly (2003), citado no mesmo texto da professora Andreia Galvão, identificaram cinco tipos de estratégias utilizadas pelos sindicatos para enfrentar a crise: 1) organizar e se reorganizar para ampliar a representatividade sindical (fusão, por exemplo); 2) aumentar o número de filiados; 3) alcançar segmentos não sindicalizados e fortalecer a representação no local de trabalho; 4) coalizão com outros movimentos sociais; 5) parceria com empregadores, para reduzir a imagem negativa, associadas à conflituosidade; 6) ação política, para influenciar a legislação; e 7) cooperação internacional. O item "5", entretanto, não parece apropriado para uma entidade representativa dos trabalhadores.

Compreender os elementos estruturais, tanto os de ordem econômica quanto tecnológica, bem como identificar as estratégias e táticas adotadas pelo mercado, pode ajudar no enfrentamento à estratégia do patronato internacional. O desafio é grande e permanente.

(*) *Jornalista, analista político, diretor de Documentação do Diap*

Diap

STF decidirá sobre conceito de atividade-fim na terceirização

O Supremo Tribunal Federal decidiu, no último dia 19, por meio do Plenário Virtual, que vai estabelecer Repercussão Geral para a fixação de parâmetros do que representa a atividade-fim de um empreendimento, do ponto de vista da possibilidade de terceirização.

Com a adoção do instrumento da Repercussão Geral na terceirização, que é discutida na Corte por meio do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 713211, o tema será objeto de ampla deliberação e a decisão que vier a ser proferida valerá para todas as instâncias do Poder Judiciário, em casos idênticos.

Outra medida da adoção da Repercussão Geral na definição jurídica da possibilidade de adoção da terceirização nas relações de trabalho é a possibilidade de sobrestamento de todas as ações em curso no Judiciário enquanto não houver uma decisão da mais alta Corte do País.

O relator da matéria, ministro Luiz Fux, ressaltou que existem milhares de contratos de terceirização de mão de obra nos quais subsistem dúvidas quanto a sua litude, tornando necessária a discussão do assunto.

Debate da terceirização no STF

No ARE 713211, a Celulose Nipo Brasileira S/A (Cenibra) questiona decisão da Justiça do Trabalho que, em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas

Indústrias Extrativas de Guanhanes e Região, foi condenada a se abster de contratar terceiros para sua atividade-fim.

A ação civil teve origem em denúncia formalizada em 2001 pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Extração de Madeira e Lenha de Capelinha e Minas Novas relatando a precarização das condições de trabalho no manejo florestal do eucalipto para a produção de celulose.

Fiscalização do Ministério do Trabalho em unidades da Cenibra no interior de Minas Gerais constatou a existência de contratos de prestação de serviços para as necessidades de manejo florestal (produção de eucalipto para extração de celulose). Ao todo foram identificadas 11 empresas terceirizadas para o plantio, corte e transporte de madeira, mobilizando mais de 3.700 trabalhadores.

Questionamento da condenação

A condenação, imposta pela Justiça do Trabalho da 3ª Região (MG), foi mantida em todas as instâncias da Justiça trabalhista. No recurso ao STF, a empresa alega que não existe definição jurídica sobre o que sejam exatamente, "atividade-meio" e "atividade-fim".

Sustenta ainda que tal distinção é incompatível com o processo de produção moderno. Assim, a proibição da terceirização, baseada apenas na jurisprudência trabalhista, violaria o princípio da legalidade contido no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal.

Repercussão Geral

Em sua manifestação, o ministro Luiz Fux observou que o tema em discussão – a delimitação das hipóteses de terceirização diante do que se compreende por atividade-fim – é matéria de índole constitucional, sob a ótica da liberdade de contratar.

A existência de inúmeros processos sobre a matéria poderia, segundo ele, "ensejar condenações expressivas por danos morais coletivos semelhantes àquela verificada nestes autos".

O entendimento do relator pelo reconhecimento da Repercussão Geral do tema foi seguido, por maioria, em deliberação no Plenário Virtual da Corte.

O que é Repercussão Geral

A Repercussão Geral é um instrumento processual inserido na Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional 45, conhecida como a "Reforma do Judiciário". O objetivo desta ferramenta é possibilitar que o Supremo Tribunal Federal selecione os recursos extraordinários que irá analisar, de acordo com critérios de relevância jurídica, política, social ou econômica.

O uso desse filtro recursal resulta numa diminuição do número de processos encaminhados à Suprema Corte. Uma vez constatada a existência de Repercussão Geral, o STF analisa o mérito da questão e a decisão proveniente dessa análise será aplicada posteriormente pelas instâncias inferiores, em casos idênticos.

A preliminar de Repercussão Geral é analisada pelo plenário do STF, através de um sistema informatizado, com votação eletrônica, ou seja, sem necessidade de reunião física dos membros do Tribunal. Para recusar a análise de um RE são necessários pelo menos 8 votos, caso contrário, o tema deverá ser julgado pela Corte.

Após o relator do recurso lançar no sistema sua manifestação sobre a relevância do tema, os demais ministros terão 20 dias para votar. As abstenções nessa votação são consideradas como favoráveis à ocorrência de Repercussão Geral na matéria.

Diap, 26/05/14

Destaques vêm do Senado Federal esta semana no Legislativo federal

Esta semana a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras ouve a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster. A reunião da comissão será na terça-feira (27), na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às 10h15.

Na quinta-feira (29), às 10h15, a CPI se reunirá novamente para colher os depoimentos do ministro do Tribunal de Contas da União José Jorge e do ex-diretor Internacional da Petrobras Jorge Zelada.

PEC do Trabalho Escravo

No plenário do Senado, a PEC do Trabalho Escravo pode ser votada em primeiro turno. Na terça-feira (27), vai ocorrer mobilização para aprovação da PEC do Trabalho Escravo.

O movimento para votação da PEC 57A/99 do trabalho escravo antes da Copa do Mundo ganhou mais força após aprovação na semana passada de calendário especial para votação no dia 27 de maio, no período da tarde.

Uma geração

A proposta que tramita há 15 anos estabelece a expropriação de terras, rurais ou urbanas, onde for registrada exploração de mão de obra e condições de trabalho análogas ao de escravo. Os terrenos serão destinados à reforma agrária e a programas de habitação popular. Além disso, os proprietários não receberão indenização.

A bancada ruralista condiciona a votação há uma regulamentação do conceito do trabalho escravo que prevê o afrouxamento do Código Penal, em especial, excluindo o trabalho degradante como uma das condições de aplicação da lei.

Trabalho doméstico e trabalho escravo

A Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação da Constituição analisa na terça-feira (27) as emendas a dois projetos. Os textos, que tratam da regulamentação do trabalho

doméstico e da expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se verifique trabalho escravo, são de autoria da própria comissão. A reunião está marcada para as 14h.

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 302/13 foi elaborado para regulamentar a emenda constitucional resultante da PEC das Domésticas, promulgada em abril de 2013. Sem a regulamentação, ficam em aberto pontos relativos à jornada de trabalho e ao pagamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Elaborado pela comissão mista, o projeto de regulamentação do trabalho doméstico foi aprovado em julho de 2013 pelo Senado e desde então tramita na Câmara dos Deputados. Lá, foram apresentadas 50 emendas, que agora serão apreciadas pela comissão mista. O parecer da comissão seguirá para a votação no plenário da Câmara.

O outro projeto que terá as emendas apreciadas na comissão mista é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 432/13. A matéria tramita paralelamente à PEC 438/01, na Câmara ou 57/99, no Senado, a chamada PEC do Trabalho Escravo, com o objetivo de regulamentá-la.

O projeto diferencia o mero descumprimento da legislação trabalhista do trabalho escravo. Além disso, estabelece que a ação expropriatória observará a legislação processual civil e a necessidade de trânsito em julgado de sentença penal condenatória contra o proprietário.

O texto tramita no Senado, onde recebeu 55 emendas. As sugestões de alteração serão examinadas pela comissão, que emitirá parecer, e depois voltarão para o Plenário. O projeto ainda terá de passar pela Câmara dos Deputados.

A reunião será realizada no plenário 15 da ala senador Alexandre Costa, no Senado.

Papel dos partidos

Nesta segunda-feira (26), a Liderança do PDT, apoiada por todos os partidos representados na Câmara dos Deputados, vai realizar um seminário internacional sobre o papel dos partidos frente às recentes manifestações de rua. Serão três mesas de debates.

Na primeira, pela manhã, falarão os representantes dos movimentos sociais, entre eles, Pablo Capilé (Fora do Eixo).

A tarde, falam os especialistas: a professora Marta Lagos (Latinobarómetro/Chile) e dois sociólogos: o professor Alfredo Pena-Vega (EHESS/Paris) e o professor Elimar Pinheiro do Nascimento, que escreveu diversos artigos sobre o assunto.

Na última mesa, será feita a avaliação dos representantes dos partidos sobre o fenômeno. Na mesa 3, será ouvida a ministra da Educação do Gabinete Paralelo do Reino Unido, Rushanara Ali, representante do Partido Trabalhista Britânico e o Secretário-Geral da Internacional Socialista, Luis Ayala, além de representantes de partidos brasileiros.

O evento será no Auditório Nereu Ramos e terá início às 9h. Internautas poderão participar da discussão por meio do canal e-Democracia.

Copom

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne terça e quarta-feira (28) para decidir sobre a taxa básica de juros (Selic), hoje em 11% ao ano. A tendência é que mantenha a taxa no patamar atual. A ata será divulgada no próximo dia 5 de junho.

Guerra fiscal na pauta do Senado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar, terça-feira (27), nova regra que facilita a solução de impasses entre estados devido à "guerra fiscal". Substitutivo do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 130/14 reduz o quórum de deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) da unanimidade dos integrantes para três quintos das unidades federadas. E para um terço dos estados o quórum de deliberação com o objetivo de legalizar incentivos fiscais que não tiveram aprovação unânime do órgão.

Desoneração da folha de pagamento

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, se reúne com representantes de 36 setores da indústria para discutir a possibilidade de tornar permanente a desoneração da folha de pagamento, prevista para expirar em dezembro. Por meio da medida, empresas deixariam de pagar 20% de contribuição sobre a folha de salários e passariam a pagar entre 1% e 2% do faturamento.

Correção da poupança

O STF pode julgar, quarta-feira (28), as ações que questionam perdas na caderneta de poupança decorrentes dos planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991). De acordo com o Banco Central, o impacto nas contas públicas pode ir de R\$ 23 bilhões a R\$ 340 bilhões. O julgamento ocorrerá sem três dos 11 ministros da Corte, já que Cármen Lúcia, Luiz Fux e Luís Roberto Barroso se declararam impedidos.

PIB do primeiro tri

Sexta-feira (30), o IBGE divulga o resultado do PIB para o primeiro trimestre do ano. De acordo com o Banco Central, o Índice da Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), criado

para antecipar o resultado do PIB, registrou um aumento de 0,29% nos três primeiros meses deste ano, em comparação com o último trimestre de 2013.

Agenda positiva dos trabalhadores

As centrais sindicais aguardam confirmação para esta terça-feira (27) de audiência com três ministros de Estado: Ricardo Berzoini, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República e Manoel Dias, do Trabalho e Emprego. A reunião tem o propósito de debater a agenda positiva dos trabalhadores no Congresso Nacional.

Congresso Nacional

Sessão do Congresso Nacional, às 19h, no Plenário Ulysses Guimarães, vai analisar e votar vetos presidenciais.

PNE

A votação do Plano Nacional de Educação (PNE) foi marcada para quarta-feira (28), segundo informou semana passada o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN).

O deputado revelou esta agenda em reunião com representantes de diversas entidades ligadas ao movimento estudantil, como União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Nacional dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

O texto do PNE, que foi aprovado em comissão especial no dia 6 deste mês, será o primeiro item da pauta. Para favorecer a aprovação da proposta, o presidente da Câmara orientou os participantes da reunião a negociar acordo que reduza a quantidade de destaques ao texto.

O PNE define 20 diretrizes para melhorar os índices educacionais brasileiros nos próximos dez anos.

Debate sobre internações no SUS

Nesta segunda-feira (26), às 14h, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizará audiência pública, convocada pelo ministro Dias Toffoli, para ouvir depoimentos de autoridades e especialistas sobre a chamada "diferença de classe" em internações hospitalares pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Cada um dos 14 expositores terá 15 minutos para defender sua opinião quanto à possibilidade de melhoria no tipo de acomodação do paciente e a contratação de profissional de sua preferência mediante o pagamento da respectiva diferença.

A questão será julgada pelo Supremo no Recurso Extraordinário (RE) 581488, interposto pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Cremers) contra decisão da Justiça Federal da 4ª Região desfavorável a sua pretensão de restabelecer a prática, proibida desde 1991. A matéria constitucional tratada no RE teve repercussão geral reconhecida.

Eleição no STJ

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) marcou para a próxima terça-feira (27), às 10h, a sessão plenária que irá eleger seu presidente para o biênio 2014-2016.

Na mesma oportunidade serão eleitos também o vice-presidente e o novo corregedor nacional de Justiça – sempre um ministro do STJ –, que atuará no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Tráfico de pessoas

Na quinta (29) e sexta-feira (30), o CNJ e o TRT da 1ª Região promovem a quarta edição do Simpósio Internacional para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O evento tem como objetivo discutir temas específicos entre os agentes que lidam com a problemática quotidianamente, para fins de capacitação e aperfeiçoamento profissional e institucional na área referente ao "Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas".

Em outubro de 2013, o Ministério da Justiça divulgou pesquisa inédita sobre tráfico de pessoas nos 11 estados de fronteira do Brasil. O estudo mostra que pelo menos 475 brasileiros, no período de 2005 a 2011, foram identificados como vítimas do tráfico de pessoas. A maioria deles é de mulheres entre 18 e 29 anos e adolescentes. Mas além delas, outros grupos também estão vulneráveis ao tráfico.

Ainda de acordo com a pesquisa, o Brasil possui características que dificultam o enfrentamento ao tráfico de pessoas: é um país de origem, trânsito e destino de vítimas. Há brasileiros encontrados no exterior e estrangeiros no Brasil, vítimas do tráfico de pessoas. Há casos de brasileiras vítimas de tráfico para fins de exploração sexual na Europa Ocidental e paraguaias no Brasil vítimas da mesma modalidade. Com relação ao trabalho escravo, por exemplo, há bolivianos, paraguaios, peruanos, chineses e bangalês explorados no Brasil, assim como são encontrados brasileiros na Europa.

Promessas de contratação em clubes esportivos do exterior, de casamento com estrangeiros, de cirurgias de mudança de sexo (travestis) e de trabalho como modelo são alguns dos muitos artifícios de traficantes para atrair as vítimas.

Acidentes no trânsito

A Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro promoverá na terça-feira (27), na Câmara dos Deputados, uma reunião de trabalho em apoio ao Maio Amarelo, movimento internacional de conscientização para a redução de acidentes de trânsito. No Brasil morrem por ano mais de 44 mil pessoas, o que dá um saldo de 122 mortos por dia ou 5 mortos a cada hora.

O objetivo do evento é ouvir órgãos governamentais e discutir o tema "Brasil – Três anos da Década de Ação pela Segurança no Trânsito/Maio Amarelo – Resultados e Perspectivas". Foram convidados representantes do Denatran e dos Ministérios da Saúde, Cidades, Transportes e Justiça, que deverão expor dados e estatísticas acerca da violência no trânsito, bem como ações realizadas e previstas para redução desses números.

A reunião da frente parlamentar começa às 9h, no plenário 2 da Casa.

Previdência Social

O INSS informa que, em decorrência da modernização do Centro de Processamento da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), no período de 30 de maio a 1º de junho, os sistemas de atendimento do Instituto estarão indisponíveis em todas as suas unidades. No entanto, as agências estarão de abertas somente para prestação de orientações e informações aos segurados.

Esta interrupção também afetará os serviços previdenciários disponíveis no portal da Previdência Social (www.previdencia.gov.br) e na Central de Teleatendimento 135. Serviços como agendamento de atendimento, extrato de pagamentos, inscrição na Previdência Social, Guia da Previdência Social entre outros estarão indisponíveis. Os serviços estarão restabelecidos no dia 2 de junho.

Videochat sobre fim da exigência de aprovação no exame da OAB

A Coordenação de Participação Popular da Câmara dos Deputados promove na próxima terça-feira (27), às 11h, videochat com o deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), relator da proposta que acaba com a exigência de aprovação no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para o exercício da profissão de advogado.

O videochat será transmitido ao vivo pelo portal Câmara Notícias e pela TV Câmara e terá duração de uma hora. Qualquer pessoa poderá participar, enviando perguntas pela internet (em sala de bate-papo que estará disponível no dia do debate) ou pelo Disque-Câmara (0800 619 619).

Redução da informalidade

Na quarta-feira (28), o Dieese realizará seminário para apresentar as experiências dos projetos-piloto do programa "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social". O evento será no Quality Hotel em Brasília, a partir das 14h.

A iniciativa é desenvolvida desde 2010 com apoio das centrais sindicais e suporte do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Ministério da Previdência, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e de outras organizações.

O método Dialogar para Formalizar, que tem como objetivo identificar gargalos que dificultam a formalização do trabalho e fomentar ações que ajudem a promovê-la, já foi aplicado nos setores do comércio, da construção civil, de confecções, de serviços de alimentação e do emprego doméstico e rural.

PTB na TV

O PTB veicula seu programa em rádio e TV, em cadeia nacional, nesta quinta-feira (29).
(Com Arko Advice)

Veja, a seguir, a previsão dos principais acontecimentos políticos desta semana:

Nesta semana

- Governo pode publicar medida provisória elevando de 5% para 6%, em julho, a mistura do biodiesel ao óleo diesel vendido nas bombas.

Segunda-feira (26)

- Servidores do IBGE em dez estados e no DF fazem greve em favor da saída da presidente da instituição, Wasmália Bivar, contra a contratação de servidores temporários, realização de concurso público e reajuste salarial.

- Pré-candidato à Presidência da República pelo PSB, Eduardo Campos, participa do programa Roda Viva, da TV Cultura, que vai ao ar às 22h.

- Receita Federal divulga a arrecadação de abril às 10h.

- Começa hoje e vai até quarta-feira (28) o prazo para que senadores, deputados federais, comissões permanentes da Câmara e do Senado e as bancadas estaduais apresentem emendas ao relatório preliminar do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015.

- Bancada do PSol se reúne para decidir se cobra explicações ao senador Fernando Collor (PTB-AL), acusado de receber R\$ 50 mil do doleiro Alberto Youssef

- Liderança do PDT promove, às 9h, o Seminário "E o povo foi às ruas... Repensando o papel dos partidos políticos". O evento será no Auditório Nereu Ramos.

- Sessão solene, às 10h, no Plenário Ulysses Guimarães, fará homenagem ao Dia do Bombeiro Militar.

- Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro; Organização Panamericana da Saúde; Ministério da Saúde; e Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) promovem, às 14h30, o Encontro Jornalismo e a Segurança no Trânsito - evolução, desafios e as mais recentes proposições à legislação brasileira. Será no plenário 16 da Câmara.

- Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado promove audiência pública sobre meio ambiente do trabalho, Direito Penal inclusivo e competência da Justiça do Trabalho. Na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, às 9h.

- Sessão especial, às 11h, no plenário do Senado, vai comemorar o transcurso dos 50 anos da instalação do Escritório de Representação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil.

Terça-feira (27)

- Termina o prazo para que os líderes partidários indiquem os membros que irão fazer parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar denúncias envolvendo a Petrobras.

- Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pode votar projeto de lei complementar que reduz da unanimidade para três quintos o quórum de deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), com o objetivo de legalizar incentivos fiscais que não tiveram aprovação unânime do órgão.

- Presidente da Petrobras, Graça Foster, fala na CPI da Petrobras, no Senado, sobre a compra de refinaria em Pasadena, Texas (EUA).

- Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, fala na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado sobre Política Nacional de Banda Larga e funcionamento da telefonia celular no país.

- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara debate o acordo Mercosul-União Europeia com o diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, Ronaldo Costa; e o diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Alexandre Bento.

- Início da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

- Prevista reunião entre os governos brasileiro e argentino, em Buenos Aires, para discutir acordo automotivo entre os dois países.

- Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara realiza, às 9h, o Seminário Biodiesel: Produzindo energia e limpando o ambiente. No plenário 8 do anexo II da Casa.

- CPI, às 9h30, da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes promove o Seminário: "Impacto das grandes obras na exploração sexual de crianças e adolescentes". Será no plenário 1 da Casa.

- Liderança do PSB na Câmara organiza o Seminário "60 anos das Apaes". No Auditório Freitas Nobre, Anexo 4, a partir das 9h30.

- Liderança do PSC realiza, às 9h30, o Seminário: "Gênero, Aborto e Sociedade", no Auditório Nereu Ramos da Câmara Federal.

- Sessão solene, às 10h, fará homenagem ao centenário do Ceará Sporting Club. Evento será no plenário Ulysses Guimarães.

- Reunião de líderes da base aliada, às 10h.

- Coordenação de Participação Popular organiza, às 11h, videochat com o relator do PL 5.277/13, deputado Gastão Vieira (PMDB-MA). O projeto traz dois temas polêmicos: o exame da OAB e a vinculação do diploma de curso superior à aprovação do estudante no Enade.

- Sessão solene do Congresso, às 11h30, para promulgação da Emenda Constitucional 79 (PEC 111/11), que integra servidores de ex-territórios à União. Será no plenário do Senado.

- Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; e de Cultura da Câmara dos Deputados promovem audiência pública para discutir o setor de jogos eletrônicos e digitais no Brasil. O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clelio Campolina Diniz, é um dos convidados da audiência que ocorrerá no plenário 13 da Casa, às 14h30.

- Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara faz audiência pública com o ministro da Defesa, Celso Amorim, para debater a estrutura de segurança dos grandes eventos no País. Será no plenário 8 da Casa, às 14h.

- Comissão de Educação da Câmara realiza o Seminário "10 Anos do Sinaes: Avanços e Desafios da Avaliação da Educação Superior". No plenário 10 da Casa, às 14h.

- Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da CF vai apreciar os pareceres do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), sobre as emendas

apresentadas ao Projeto de Lei Complementar 302/14, que regulamenta o trabalho doméstico; e ao PLS 432/13, que trata da expropriação das propriedades rurais e urbanas onde ocorram trabalho escravo. Na sala 15 da ala Alexandre Costa, no Senado, às 14h.

- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara promove audiência pública para discutir o PL 6.999/13, que trata do crime de abigeato e do comércio de carne e outros alimentos sem procedência legal. Foi convidado, entre outros, o ministro da Agricultura, Neri Geller. No plenário 6 da Casa, às 14h.

- Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara realiza audiência pública para debater a situação da pediatria no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e da saúde suplementar. No plenário 7 da Casa, às 14h30.

- Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara faz audiência pública para discutir o acordo Mercosul-União Europeia. Foram convidados, entre outros, o diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, Ronaldo Costa; e o diretor da Secretaria de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Alexandre Bento. No plenário 3 da Casa, às 14h30.

- Comissão Externa de Combate ao Racismo no Brasil promove audiência pública, às 14h30, em local a definir. Foram convidados o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Joaquim Barbosa; e o presidente do Superior Tribunal de Justiça, Felix Fisher; entre outros.

- Liderança do PSC promove, às 14h30, no Auditório Nereu Ramos, o Seminário: "Gênero, Aborto e Sociedade".

- Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Tradicionais de Terreiro, às 16h, no Hall da Taquigrafia.

- Para instruir o PLS 236/12, que trata da reforma do Código Penal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado faz audiência pública para ouvir o procurador-geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros. Na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, às 9h.

- Comissão de Educação e Comissão Senado do Futuro realizam audiência pública conjunta com o sociólogo e professor italiano Domenico De Masi, para tratar do tema "Cenários do Futuro nos próximos 50 anos". Na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, às 9h.

- Para debater o funcionamento da telefonia celular no país as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI) promovem audiência pública conjunta com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho, às 10h.

- Humanização do parto no Brasil é tema de debate em reunião conjunta das Comissões de Direito Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS). A audiência, alusiva ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e ao Dia Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Infantil, contará com a presença da ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Ideli Salvatti, e da secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Vera Soares. Na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, às 11h.

- Sessão especial no Senado Federal vai comemorar o centenário de nascimento da Irmã Dulce, às 12h.

Quarta-feira (28)

- Ministro da Fazenda, Guido Mantega, o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, participam de debate sobre o aumento de repasse para municípios na Câmara dos Deputados.

- Câmara dos Deputados pode votar Plano Nacional de Educação. Outro item importante da pauta é o segundo turno da proposta de Emenda à Constituição que trata do Orçamento Impositivo.

- Comissão de Viação e Transportes da Câmara ouve o diretor-geral em exercício da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Macedo Bastos, sobre projetos para ampliar a malha viária.

- Foi convidado o diretor-geral em exercício da ANTT, Jorge Luiz Macedo Bastos.

- Prevista instalação da CPI Mista para investigar denúncias envolvendo a Petrobras.

- Supremo Tribunal Federal julga, na próxima quarta-feira, as ações que questionam perdas na caderneta de poupança decorrentes dos planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991).

- Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central anuncia taxa básica de juros (Selic).

- Sessão solene, às 9h, no Plenário Ulysses Guimarães, fará homenagem ao centenário da 1ª Igreja Batista de Curitiba.

- Frente Parlamentar Mista da Educação realiza palestra sobre a influência da inteligência emocional na vida profissional e escolar. Será no plenário 10 da Casa, às 9h.

- Comissão de Finanças e Tributação da Câmara faz reunião mensal, reservada, às 9h, com o secretário-adjunto da Receita Federal, Luiz Fernando Teixeira Nunes, destinada a discutir os dados divulgados da arrecadação de tributos de competência da União, referente ao mês de maio.

- Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa de Populações Atingidas por Áreas de Preservação, às 9h, no Hall da Taquigrafia.

- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara promove audiência pública para obter esclarecimentos sobre os assassinatos de produtores rurais promovidos por indígenas no Rio Grande do Sul. Foram convocados o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. No plenário 6 da Casa, às 10h.

- Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara faz audiência pública com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, sobre o pregão eletrônico 21/2012, que trata do programa Segundo Tempo e da Copa do Mundo. Em local a definir, às 14h30.

- Comissão de Legislação Participativa da Câmara realiza audiência pública sobre "Missão Institucional da CGU e a sua Lei Orgânica". Entre os convidados estão o secretário executivo da Controladoria-Geral da União (CGU), Carlos Higino Ribeiro de Alencar; o controlador-geral do município de São Paulo, Mario Vinícius Spinelli; e o presidente do Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacom Sindical), Rudinei Marques. No plenário 3 da Casa, às 14h30.

- Comissão especial sobre o aumento de repasse para municípios (PEC 406/09) faz audiência pública com o ministro da Fazenda, Guido Mantega; e com o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, José Fortunati; entre outros convidados. Em local a definir, às 15h.

- Cerimônia de entrega do prêmio Dr. Pinotti - Hospital Amigo da Mulher. No Salão Nobre da Câmara dos Deputados, às 15h.

- Ato público em homenagem ao Dia Internacional da Família, promovido pela Liderança do PSC, às 15h, no Hall da Taquigrafia.

- Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) promove audiência pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 59/2003, que regulamenta a regionalização da programação cultural, artística e jornalística e a produção independente nas emissoras de rádio e TV, entre outras medidas. Na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, às 9h.

- IBGE apresenta Estatísticas do Cadastro Central de Empresas no ano de 2012.

- IBGE divulga Índice de Preços ao Produtor - Indústrias de Transformação no mês de abril.

Quinta-feira (29)

- CPI da Petrobras no Senado ouve o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Jorge e o ex-diretor Internacional da Petrobras, Jorge Zelada.

- Propaganda partidária do PTB, de dez minutos, em cadeia de rádio e TV.

- Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC).

- Tesouro Nacional divulga resultado do Governo Central em abril.

- Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara promove audiência pública para discutir casos de devolução de crianças em processo regular de adoção após longos períodos de guarda provisória às famílias biológicas, por decisão do Poder Judiciário. Foram convidados, entre outros, o promotor de Justiça e membro do Conselho Auxiliar do Ministério Público Federal, Antonio Carlos Ozorio Nunes; o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Siro Darlan Oliveira; e a presidente da Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção de Recife, Suzana Sofia Moeller Schettini. No plenário 9 da Casa, às 9h30.

- Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara faz audiência pública para debater a regulamentação e o controle do uso indiscriminado de antibióticos como proteção à saúde pública. Foram convidados: um representante do Ministério da Saúde; o presidente da Anvisa, Dirceu Brás Aparecido Barbano; e o presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Paulo Gadelha. No plenário 7 da Casa, às 9h30.

Sexta-feira (30)

- Sessão solene, às 15h, no Plenário Ulysses Guimarães, fará homenagem ao aniversário de 50 anos do Centro de Ensino Santa Rita de Cássia.

- IBGE divulga a quarta edição da Série Relatórios Metodológicos: Pesquisa Mensal de Comércio.

- IBGE apresenta Contas Nacionais Trimestrais – 1º trimestre.

Portal da CUT

Por unanimidade, delegados de 161 países elegem professor João Felício presidente da CSI

23/05/2014

Líder cutista assume direção da Confederação Sindical Internacional, que representa mais de 180 milhões de trabalhadores dos cinco continentes

Escrito por: Leonardo Wexell Severo, de Berlim-Alemanha

O III Congresso da Confederação Sindical Internacional (CSI) terminou nesta sexta-feira (23) com a eleição do professor João Antonio Felício à presidência da entidade, que representa mais de 180 milhões de trabalhadores e trabalhadores em todo o mundo. Eleito por unanimidade no Conselho escolhido pelos 1.500 delegados de 161 países presentes em Berlim, o ex-presidente da CUT e atual secretário de Relações Internacionais da Central será o primeiro brasileiro e latino-americano a presidir a CSI. Nesta entrevista, João Felício reitera a necessidade de "avanços na política e uma gestão mais participativa na CSI", a fim de garantir maior presença da Confederação junto às centrais dos cinco continentes e fortalecer a organização, a unidade e a mobilização do sindicalismo contra o retrocesso neoliberal.

Qual a sua avaliação sobre a eleição à presidência da CSI?

Houve uma enorme participação das centrais sindicais de todos os continentes na definição da candidatura e, posteriormente, na eleição. Pelo sistema de rodízio implantado na CSI, esta era a vez das Américas, então, antes de definirmos o nome, consensuamos com as centrais da África, Europa e Ásia a necessidade de ampliar a representação em consonância com o momento político que estamos vivendo. Inicialmente debatemos internamente na CUT e logo articulamos e recebemos o apoio da Força Sindical, da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), centrais brasileiras que integram conosco a CSI. Esse processo de diálogo e de consulta acabou gerando uma enorme expectativa, pois pela primeira vez um latino-americano, um sul-americano, chega à presidência da principal entidade mundial da classe trabalhadora. Representamos o anseio de mudanças expresso por centenas de centrais, que querem avanços na política e uma gestão mais participativa na CSI.

De que forma estas contribuições poderão ser colocadas em prática?

Tenho larga experiência na construção de consensos. A CSI tem regionais nos cinco continentes e quero ouvir todas antes da definição de qualquer política. Todas as centrais sindicais merecem tratamento igual, independente do seu tamanho ou linha política. Acredito que, com esta linha de atuação, mudando práticas, cultura e pensamento, vamos ajudar a construir uma entidade efetivamente mundial, mais próxima às necessidades da base, mais presente nas lutas dos trabalhadores.

Uma das ações colocadas em prática na CUT é o chamado "consenso progressivo". Ele pode ser uma alternativa para aplicar esta mudança na CSI?

As histórias, concepções e práticas das centrais são diferentes, bem como suas posições políticas. Pela amplitude e representatividade que tem, a CSI precisa ouvir e ouvir muito, aproveitar a riqueza desta diversidade para convertê-la em fonte permanente de energia. Nem tudo o que eu penso é consenso, assim como nem tudo o que o outro pensa. Ninguém pode se achar dono da verdade ou adotar posturas impositivas que não espelhem a média das entidades filiadas. Esta é a melhor forma de avançar, somando, caminhando juntos. Temos de incorporar todas as contribuições, não podemos desprezar ninguém. Desta forma vamos construindo, progressivamente, o consenso.

Qual a sua avaliação sobre o papel da CSI num contexto de agravamento econômica, particularmente nos países centrais do capitalismo. O que fazer?

Estamos vivendo um dos piores momentos da nossa história, onde os trabalhadores na maioria dos países estão sendo afetados por reformas neoliberais que representam precarização, arrocho salarial e desemprego. São medidas privatizantes, desregulamentadoras, que desestruturam o Estado, aplicadas a partir de uma forte aliança entre o grande capital – seja financeiro ou das multinacionais – e os governos. Temos presente que assim como organismos internacionais como o G-20, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional estão alinhados, pressionando para que os governos cedam às suas pautas, desconsiderando e desrespeitando o resultado das urnas, devemos nos somar a quem resiste a esta lógica, que precisa mudar. Esta unidade permanente entre governos neoliberais e o capital tem afetado a democracia, provocando o crescimento de grupos fascistas e de extrema direita em muitos países. Por isso a CSI terá de estar atenta a esta disputa, estimulando campanhas para colocar em movimento a classe trabalhadora. Poucos são os países em que estamos conseguindo manter postos de trabalho, direitos e salários com aumento real. O Brasil é um deles. Por isso é preciso ir além da pauta trabalhista, precisamos defender um novo modelo de desenvolvimento, que seja sustentável, priorize a distribuição de renda e a justiça social. É preciso ter claro contra quem lutamos, que estamos fazendo uma opção política por um modelo que representa o mundo do trabalho.

Qual o principal nó a ser desatado?

Acredito que é a crescente concentração de renda. É inaceitável que, em pleno século 21, tenhamos uma minúscula elite de 300 bilionários com mais recursos do que três bilhões de seres humanos, metade da população mundial. Esta flagrante injustiça tem sido motor de guerras e causa de confrontos com centenas de milhares de mortos em todo o planeta. Acredito que a taxação das grandes fortunas, das heranças e das transações financeiras seria um importante passo, pois isso daria condições aos Estados para garantir políticas públicas, como saúde, educação e segurança. Os recursos existem, mas estão em pouquíssimas mãos. É preciso também elevar os salários em todo o mundo, pois vêm sendo reduzidos em todo o mundo. Nunca ouvi falar que uma empresa tenha falido por conta da folha de pagamento dos seus funcionários.

Outro ponto importante debatido no Congresso da CSI é o impacto dos Acordos de Livre Comércio no mundo do trabalho. Qual a sua opinião?

Os TLCs têm representado a imposição dos interesses das transnacionais, com impactos extremamente negativos para as nossas economias que, via de regra, acabam sendo reduzidas à plataforma de exportação de produtos primários e de mão de obra barata. Sob o mantra de tornar nossas economias competitivas, os defensores do TLC advogam a redução de direitos sociais e trabalhistas. É um círculo vicioso daninho, é como se estivéssemos cavando cada vez mais fundo no poço da desigualdade e da injustiça. Este é um debate que precisa ser aprofundado, pois sobram exemplos dos efeitos devastadores de tais práticas. Queremos a integração econômica, política, cultural e social, com respeito à soberania e à democracia de cada país.

Diante do tamanho deste desafio, qual a importância da democratização dos meios de comunicação?

A imprensa no mundo todo é profundamente antidemocrática, com as agências de notícias se convertendo em um monopólio, um latifúndio, que não trabalha para consolidar a democracia, mas para defender interesses muito bem definidos, interesses de classe. O movimento sindical sabe disso, pois sofre diuturnamente ataques por defender direitos, empregos e salários dignos, uma pauta que se contrapõe ao retrocesso proposto pelos grandes anunciantes dos jornais e revistas, das emissoras de rádio e televisão. Acredito que para avançarmos, a CSI precisará aperfeiçoar e criar novos instrumentos de comunicação, trocando experiências e capacitando as entidades filiadas para a disputa política e ideológica, a fim de que as suas ações tenham ressonância e pressionem empresas e governos. A CSI é uma organização nova e muita coisa precisa ser melhorada, principalmente para dialogar com a juventude, incorporando estas dezenas de milhões de jovens que chegam anualmente ao mercado de trabalho para que se integrem à luta. Infelizmente a grande mídia atua como um partido político, como um braço do capital para alienar e desinformar, para que não se veja a enorme potencialidade da força coletiva, exacerbando o individualismo. Por isso ao lado da luta pela democratização da comunicação em cada país, precisamos construir e potencializar os nossos próprios meios.

Organizado por Ernesto Germano